



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Programa da Unidade Curricular
TEORIA DA INFRACÇÃO PENAL
Ano Lectivo 2014/2015

1. Unidade Orgânica

Direito (1º Ciclo)

2. Curso

Direito

3. Ciclo de Estudos

1º

4. Unidade Curricular

TEORIA DA INFRACÇÃO PENAL (02323)

5. Área Científica

6. Ano curricular

3º

7. Tipo de Unidade Curricular / Semestre

1º Semestre



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

8. Tipo de aula e carga horária (tempo de trabalho)

Aulas Teóricas:	30,00
Aulas Práticas:	15,00
Aulas Teórico-práticas:	
Orientação Tutorial:	20,00

9. Créditos

6,00

10. Coordenador da Área Científica

11. Regente

Prof. Doutora ANA BARBARA PINA DE MORAIS DE SOUSA E BRITO

12. Assistentes

Dr. JOÃO ANTONIO SEVERINO RAPOSO

13. Língua de ensino

Português

14. Objectivos Gerais

Promover e incentivar o desenvolvimento das capacidades de investigação, análise, reflexão, crítica, decisão e exposição por parte do aluno, bem como as suas capacidades de aplicação prática dos conhecimentos adquiridos e ainda o seu sentido ético e de justiça material.

15. Objectivos Específicos

Possibilitar ao aluno a obtenção de conhecimentos teóricos e práticos que o habilitem a:

- compreender os princípios, conceitos e institutos fundamentais da teoria geral da infracção penal;
- compreender e avaliar criticamente as posições doutrinárias e jurisprudenciais sobre os diversos institutos e problemas da teoria do crime;
- proceder à análise científica e à resolução prática fundamentada dos casos concretos no quadro do sistema constitucional-penal português.

16. Competências a adquirir

Saber identificar e formular, a partir dos casos concretos, os específicos problemas jurídico-penais suscitados;

Saber encontrar, interpretar e utilizar na resolução dos casos concretos o quadro de princípios e normas relevantes.



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

17. Metodologia de ensino

Privilegiar-se-á o ensino dirigido à problematização, discussão e resolução fundamentada de casos concretos, preferencialmente recolhidos através do recurso às bases de dados de jurisprudência dos tribunais superiores disponíveis na Internet.

18. Conteúdos Programáticos



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

I. Evolução histórica da teoria geral do crime.

II. O conceito de acção juridico-penalmente relevante.

1. O conceito causal de acção.
2. O conceito social de acção
3. O conceito final de acção.
4. Outros conceitos de acção.
5. Acção e Omissão.

III. O facto típico.

1. As várias acepções da palavra «tipo».
2. O tipo legal de crime.
 - 2.1. Os elementos do tipo legal.
 - 2.2 Classificação dos tipos legais segundo os elementos objectivos comuns.
3. Tipo objectivo
 - 3.1. Causalidade e imputação objectiva nos crimes de resultado.
 - 3.2. A posição de garante como elemento dos tipos comissivos por omissão.
4. Tipo subjectivo
 - 4.1 A construção do tipo subjectivo.
 - 4.2. O dolo.
 - 4.2.1. O elemento cognitivo do dolo.
 - 4.2.1.1. O erro sobre os elementos objectivos do tipo.
 - 4.2.2. O elemento volitivo do dolo.
 - 4.2.3. As formas de dolo.
 - 4.2.4. Especiais elementos subjectivos do tipo.
 - 4.3. A negligência.
 - 4.3.1. Negligência consciente.
 - 4.3.2. Negligência inconsciente.

IV. O facto ilícito.

1. Tipicidade e exclusão da ilicitude.
2. A exclusão da ilicitude e os princípios da legalidade e da unidade da ordem jurídica.
3. Princípios gerais da exclusão da ilicitude.
4. Causas de justificação gerais:
 - a) A legítima defesa;
 - b) O direito de necessidade;
 - c) O conflito de deveres;
 - d) A obediência hierárquica;
 - e) O consentimento do ofendido;
 - f) O consentimento presumido;



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

g) Outras.

5. Os elementos subjectivos das causas de justificação.

6. O erro sobre os pressupostos objectivos de uma causa de justificação e sua distinção do erro sobre a existência ou os limites de uma causa de justificação.

7. Particularidades de algumas causas de exclusão da ilicitude nos crimes omissivos.

V. O facto culposo.

1. Teoria da culpa como teoria do sujeito penalmente responsável.

2. Princípio da culpa, culpa como categoria dogmática e como critério de medida da pena.

3. Conteúdo e limites da culpa jurídico-penal.

4. Elementos da culpa jurídico-penal.

5. As causas de exclusão da culpa.

6. O erro sobre os pressupostos objectivos de uma causa de exclusão da culpa.

V. O facto punível (em sentido estrito).

VI. As formas imperfeitas do crime

1. O crime tentado.

1.1. Fundamento da punibilidade da tentativa.

1.2. O «iter criminis».

1.3. Os elementos do facto tentado.

1.4. A tentativa nos crimes por omissão.

1.5. Tentativa impossível.

1.6. A desistência.

2. A comparticipação criminosa.

2.1. Autoria e participação.

2.2. Formas de autoria.

2.3. Formas de participação.

2.4. O art,28º do CP.

2.5. O erro sobre o papel do participante.

2.6. O concurso entre as formas de comparticipação.

VII. Concurso de normas e concurso de crimes

19. Métodos de Avaliação

Os elementos de avaliação serão os determinados no Regulamento de Avaliação da Universidade Lusíada. Em especial, será considerada a intervenção oral dos alunos e a realização de dois testes escritos.

20. Recursos Didácticos



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Constituição da República Portuguesa,
Código Penal,
Outras leis avulsas em matéria penal,
Manuais e outros textos doutrinários,
Jurisprudência penal,
Powerpoint,
Internet

21. Palavras Chave

Crime
Acção jurídico-penalmente relevante
Tipicidade
Ilicitude
Culpa
Punibilidade



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

23. Bibliografia Principal

Autor(es): DIAS, Jorge de Figueiredo
Título: Direito Penal. Parte Geral. Tomo I. Questões fundamentais da doutrina geral do crime.
Edição: 2.^a Ano: 2007
Local: Coimbra
Editora: Coimbra Editora

Autor(es): ROXIN, Claus
Título: Strafrecht - Allgemeine Teil, Bd.I
Edição: 4.^a Ano: 2006
Local: München
Editora: Beck

Autor(es):
Título:
Edição: Ano: 2005
Local:
Editora:

24. Bibliografia Complementar

Autor(es): STRATENWERTH, Günter
Título: Strafrecht - Allgemeine Teil, Bd.I
Edição: 5.^a Ano: 2005
Local: Köln
Editora: Heymanns

Autor(es): JAKOBS, Günther
Título: Strafrecht, Allgemeiner Teil: die Grundlagen und die Zurechnungslehre
Edição: 2.^a Ano: 1991
Local: Berlin
Editora: Gruyter



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Ficha técnica MIP	
Título	Programa da unidade curricular 'TEORIA DA INFRACÇÃO PENAL': Ano Lectivo 2014/2015
Autor	Prof. Doutora ANA BARBARA PINA DE MORAIS DE SOUSA E BRITO
Classificação	-
Descritores	-
Colaborador(es)	-
Data/Hora	24-07-2014 08:13:00
Formato de dados	Texto, PDF
Estatuto de utilização	Acesso público
Relação	Versão 2,0
(c) Universidade Lusíada de Lisboa, 2014	



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Programa da Unidade Curricular
TEORIA DA INFRACÇÃO PENAL
Ano Lectivo 2014/2015

1. Unidade Orgânica

Direito (1º Ciclo)

2. Curso

Direito

3. Ciclo de Estudos

1º

4. Unidade Curricular

TEORIA DA INFRACÇÃO PENAL (02323)

5. Área Científica

6. Ano curricular

3º

7. Tipo de Unidade Curricular / Semestre

1º Semestre



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

8. Tipo de aula e carga horária (tempo de trabalho)

Aulas Teóricas:	30,00
Aulas Práticas:	15,00
Aulas Teórico-práticas:	
Orientação Tutorial:	20,00

9. Créditos

6,00

10. Coordenador da Área Científica

11. Regente

Prof^a. Dr^a MARIA DA CONCEIÇÃO SANTANA VALDAGUA

12. Assistentes

Dr. JOÃO ANTONIO SEVERINO RAPOSO

13. Língua de ensino

Português

14. Objectivos Gerais

Promover e incentivar o desenvolvimento das capacidades de investigação, análise, reflexão, crítica, decisão e exposição por parte do aluno, bem como as suas capacidades de aplicação prática dos conhecimentos adquiridos e ainda o seu sentido ético e de justiça material.

15. Objectivos Específicos

Possibilitar ao aluno a obtenção de conhecimentos teóricos e práticos que o habilitem a:

- compreender os princípios, conceitos e institutos fundamentais da teoria geral da infracção penal;
- compreender e avaliar criticamente as posições doutrinárias e jurisprudenciais sobre os diversos institutos e problemas da teoria do crime;
- proceder à análise científica e à resolução prática fundamentada dos casos concretos no quadro do sistema constitucional-penal português.

16. Competências a adquirir

Saber identificar e formular, a partir dos casos concretos, os específicos problemas jurídico-penais suscitados;

Saber encontrar, interpretar e utilizar na resolução dos casos concretos o quadro de princípios e normas relevantes.



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

17. Metodologia de ensino

Privilegiar-se-á o ensino dirigido à problematização, discussão e resolução fundamentada de casos concretos, preferencialmente recolhidos através do recurso às bases de dados de jurisprudência dos tribunais superiores disponíveis na Internet.

18. Conteúdos Programáticos



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

I. Evolução histórica da teoria geral do crime.

II. O ilícito penal: características gerais.

III. O crime doloso, consumado, praticado por um só autor.

1. O facto típico.

1.1. A acção típica.

1.2. O tipo legal de crime.

1.2.1. As várias acepções da palavra «tipo».

1.2.2. Os elementos do tipo legal.

1.2.3. Classificação dos tipos legais segundo os elementos objectivos comuns.

1.2.4. A posição de garante como elemento dos tipos comissivos por omissão.

1.2.5. Causalidade e imputação objectiva nos crimes de resultado.

1.2.6. O tipo subjectivo.

a) A construção do tipo subjectivo.

b) O dolo

c) O erro sobre os elementos objectivos do tipo.

1.2.7. Os crimes agravados pelo resultado.

1.2.8. A exclusão da tipicidade: os casos especiais das acções insignificantes e das acções socialmente adequadas.

2. O facto ilícito: as causas de justificação.

2.1. Tipicidade e exclusão da ilicitude.

2.2. A exclusão da ilicitude e os princípios da legalidade e da unidade da ordem jurídica.

2.3. Princípios gerais da exclusão da ilicitude.

2.4. Causas de justificação gerais:

a) A legítima defesa;

b) O direito de necessidade;

c) O conflito de deveres;

d) A obediência hierárquica;

e) O consentimento do ofendido;

f) O consentimento presumido;

g) Outras.

2.5. Os elementos subjectivos das causas de justificação.

2.6. O erro sobre os pressupostos objectivos de uma causa de justificação e sua distinção do erro sobre a existência ou os limites de uma causa de justificação.

2.7. Particularidades de algumas causas de exclusão da ilicitude nos crimes omissivos.

3. O facto culposos.

3.1. Teoria da culpa como teoria do sujeito penalmente responsável.

3.2. Princípio da culpa, culpa como categoria dogmática e como critério de medida da pena.

3.3. Conteúdo e limites da culpa jurídico-penal.



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

- 3.4. Elementos da culpa jurídico-penal.
- 3.5. As causas de exclusão da culpa.
- 3.6. O erro sobre os pressupostos objectivos de uma causa de exclusão da culpa.

4. O facto punível (em sentido estrito).

IV. As formas imperfeitas do crime

1. O crime tentado.

- 1.1. Fundamento da punibilidade da tentativa.
- 1.2. O «iter criminis».
- 1.3. Os elementos do facto tentado.
- 1.4. A tentativa nos crimes por omissão.
- 1.5. Tentativa impossível.
- 1.6. A desistência.

2. A comparticipação criminosa

- 2.1. Autoria e participação.
- 2.2. Formas de autoria
- 2.3. Formas de participação
- 2.4. O art. 28º do CP.
- 2.5. O erro sobre o papel do participante.
- 2.6. O concurso entre as formas de comparticipação.

V. O crime negligente

VI. Concurso de normas e concurso de crimes

19. Métodos de Avaliação

Os elementos de avaliação serão os determinados no Regulamento de Avaliação da Universidade Lusíada. Em especial, será considerada a intervenção oral dos alunos e a realização de dois testes escritos.

20. Recursos Didáticos

Constituição da República Portuguesa
Código Penal
Outras leis avulsas em matéria penal
Manuais e outros textos doutrinários
Jurisprudência penal
Powerpoint
Internet

21. Palavras Chave



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Tipicidade
Ilicitude
Culpa
Punibilidade
Crime



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

23. Bibliografia Principal

Autor(es): Dias, Jorge de Figueiredo
Título: Direito Penal. Parte Geral. Tomo I. Questões fundamentais da doutrina geral do crime.
Edição: 2ª Ano: 2007
Local: Coimbra
Editora: Coimbra Editora

Autor(es): Roxin, Claus
Título: Strafrecht - AT, Bd.I, (trad. cast. da 2ª ed., Derecho Penal - Parte General, t.I, Civitas, Madrid,
Edição: 4ª Ano: 2006
Local: München
Editora: Beck

Autor(es): Carvalho, Américo Taipa de
Título: Direito Penal. Parte Geral. Questões Fundamentais. Teoria Geral do Crime.
Edição: 2ª Ano: 2008
Local: Coimbra
Editora: Coimbra Editora

24. Bibliografia Complementar

Autor(es): STRATENWERT, Günther
Título: Strafrecht - AT: Die Straftat, (trad. cast., da 4ª ed., Derecho Penal, Parte General, 1, ed., Thoms
Edição: 4ª Ano: 2000
Local: Bern
Editora: Carl Heymanns

Autor(es): FERREIRA, Cavaleiro de
Título: Direito Penal
Edição: 1ª Ano: 1982
Local: Lisboa
Editora: Verbo



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Ficha técnica MIP	
Título	Programa da unidade curricular 'TEORIA DA INFRACÇÃO PENAL': Ano Lectivo 2014/2015
Autor	Profª. Drª MARIA DA CONCEIÇÃO SANTANA VALDAGUA
Classificação	-
Descritores	-
Colaborador(es)	-
Data/Hora	06-10-2014 08:59:00
Formato de dados	Texto, PDF
Estatuto de utilização	Acesso público
Relação	Versão 1,0
(c) Universidade Lusíada de Lisboa, 2014	